



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezanove de maio de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Nélio Aurélio de Souza – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia quatorze de maio de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, a Ata do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, eu recebi no meu gabinete, escutei a fita, eu quero acreditar mesmo, sinceramente, que o senhor não quis dizer vereadores, o senhor quis dizer assessores, mas na Ata está muito claro que o senhor falou vereadores, mas eu quero acreditar e acredito que o senhor realmente queria referir aos seus assessores. Obrigada”. O Senhor Presidente: “eu pediria ao Secretário para fazer a correção”. Em votação, o Plenário aprovou a Ata. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.519/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Alameda dos Quero-queros e Alameda das Andorinhas. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, solicito ao senhor que consulte o Plenário para que



dispensasse interstícios e pareceres deste projeto, e colocasse em votação hoje, em primeira e única votação”. O Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 309/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Antônio de Pádua Lage”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Leci Alves Campos, André Luiz Vieira da Silva e Gilson Antônio Marques, para emissão de parecer. O Senhor Presidente: “solicito ao Plenário autorização para entrar fora de pauta o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, solicito ao Senhor Secretário a leitura do Projeto de Lei nº 1.520/2015, autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício de 2016 e dá outras providências. Quero, antes da leitura, dizer que este projeto chegou à Câmara Municipal semana passada”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei nº 1.520/2015, que foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 305/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Geraldo Luiz dos Santos”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto



Legislativo nº 306/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Gustavo Albergaria de Magalhães”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 307/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Irineu”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 308/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Cornélio da Cunha”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.496/2014, que “Dispõe sobre as regras para a permissão de uso de bens e espaços públicos visando o exercício de atividades econômicas e comercialização de produtos em vias e áreas públicas por meio de equipamentos, e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, levando em consideração que nós tivemos o parecer favorável das três comissões, eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que a gente pudesse já colocar em primeira e segunda votação, hoje, este projeto do Executivo que já está na Casa desde dezembro de dois mil e quatorze”. O Senhor Presidente: “coloco em discussão a solicitação da vereadora Ângela Lima referente ao projeto. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. O vereador Leci Alves Campos:



“Senhor Presidente, eu como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, eu acabo de receber o Projeto de Lei 1.520, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu gostaria que a Presidência desta Casa solicitasse ao Executivo a informação da data da audiência pública que trata o assunto, uma vez que os pareceres serão disponibilizados após a audiência pública e estamos a basicamente quarenta dias do recesso parlamentar. Eu já consultei a Secretaria e tem sim, senhora. O que a senhora falou?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “a audiência pública tem que acontecer, mas ela pode acontecer na tramitação do projeto”. O vereador Leci Alves Campos: “claro que não. Como nós vamos dar parecer sem ter a audiência pública?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pode, está na lei”. O vereador Leci Alves Campos: “pode, mas não deve porque a gente tem que conhecer o que vai ser tratado na audiência pública”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas que pode tramitar normalmente pode. Pode tramitar normalmente”. O vereador Leci Alves Campos: “mas de qualquer modo, Senhor Presidente, continuo fazendo o pedido para o senhor solicitar do prefeito a data da audiência pública. E eu vou reunir com os membros da Comissão de Legislação e Justiça se nós vamos dar o parecer antes ou depois da audiência pública”. O Senhor Presidente: “passarei a solicitação do Leci para a secretária para que ela tome as providências e marcaremos a data para a audiência pública”. O vereador Leci Alves Campos: “não, não. Senhor Presidente, a audiência é organizada pelo Executivo, não é pelo Legislativo não. Quem tem que fazer a audiência pública é a prefeitura, não é a Câmara não”. O Senhor Presidente: “então, farei a solicitação ao Executivo. Amanhã, a Secretaria tomará as providências”. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e



Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei 1.516/2015, que “Dispõe sobre a desafetação da área institucional que especifica, autoriza a sua doação onerosa à PROMED Assistência Médica Ltda., além de dar outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Gostaria que o senhor consultasse o Plenário para que este projeto seja votado ainda hoje na sua primeira e segunda, por favor, pela importância do projeto”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário se estão de acordo com a solicitação do vereador Flávio de Almeida sobre o projeto 1.516. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, será votado nesta noite. Solicito ao Senhor Secretário a leitura de emendas apresentadas ao Projeto de Lei 1.516/2015 pelos vereadores José Guedes e Flávio de Almeida”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda modificativa de autoria do vereador José Guedes: “Emenda modificativa. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao projeto de lei nº 1.516/2015: modifique a redação do artigo 4º “inciso I, alínea a” do projeto de lei em epígrafe, o qual passará a vigorar nestes termos: Art. 4º (...) I- (...) a) pagamento ao Município de Nova Lima da importância correspondente a 40 % (quarenta por cento) do valor do respectivo imóvel constante do anexo I, cujo valor apurado de R\$ 11.187.985,35 (onze milhões, cento e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), consta no processo administrativo de desafetação da área”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu já vou passar a emenda à Sua Excelência, é só para eu saber, aqui



está entrando emenda é para aumentar o valor do terreno, não é isto?”. O vereador Flávio de Almeida: “está aumentando o valor. Estava nove e cem, passou para onze”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “está explicado. Obrigado”. Emenda aprovada por dez votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda modificativa de autoria do vereador Flávio de Almeida: “Emenda modificativa. O vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõe as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 1.516/2015. Modifique as redações do artigo 4º “inciso I, alínea d” e art. 4º “inciso II, alínea d” do projeto de lei em epígrafe, o qual passará a vigorar nestes termos: Art. 4º (...) I- (...) d) início das atividades econômicas no imóvel objeto da doação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura do contrato de doação, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, podendo ainda ser prorrogado na hipótese de obstáculo alheio à vontade das partes, desde que devidamente justificado ao município. II- (...) d) dar ou oferecer em garantia, hipoteca, caução ou qualquer outro gravame, o bem doado, excetuando-se a garantia contratual prestada à instituição financeira para obtenção de financiamento para viabilização do próprio empreendimento”. Emenda aprovada por dez votos. O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em discussão e votação o Projeto de Lei 1.516/2015 com as duas emendas. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Por deliberação plenária, coloco em discussão e votação o Projeto de Lei 1.516/2015, em sua segunda e última votação. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por dez votos. Encaminho à sanção”. Dando continuidade, o Senhor



Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.517/2015, que “Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno em qualquer estabelecimento e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, considerando a primeira votação em voto unânime, gostaria de solicitar que seja feita hoje a segunda votação, por favor”. O Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Leci Campos sobre o Projeto 1.517, consulto o Plenário se estão de acordo com a sua segunda votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Lei nº 1.506/2015, que “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. Em discussão, o vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu quero pôr uma emenda nesse projeto, verbal. O projeto, ele é baseado, só para os vereadores entenderem porque eu tenho certeza que Suas Excelências já entendem muito bem, proibindo qualquer tipo de caminhão entrar no sentido urbano de Nova Lima e fazer entrega. Eu concordo plenamente que deve proibir caminhão articulado, que deve proibir carreta, que deve proibir caminhões pesados, inclusive trucado também, não é? Mas você não pode proibir um caminhão de três quartos, muito menos um caminhão no toco. Se alguém... Tem pessoas que sabem o que é caminhão no toco, é aquele que tem quatro rodas atrás, duas de cada lado, ele não é trucado. Você não consegue proibir isso tudo e os comerciantes ficarem sábado e domingo atendendo para receber. Isso vai ser um trauma para eles. Eu acho que eles não vão ter benefícios com isso, vai ter mais despesa financeira, com certeza, porque vão ter



que ter mais empregados para receber no sábado e no domingo. Tem empresa que nem trabalha sábado e domingo para fazer entrega. Como é que os comerciantes vão receber? Então, concordo plenamente com o projeto, mas tirando, aliás, exaurindo do projeto carretas, carros pesados. No toco, Kombi...”. O Senhor Presidente: “o senhor me dá um aparte, vereador?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “assim que eu concluir eu dou à Sua Excelência em um minuto. No toco, carreta, Kombi, três quartos, caminhãozinho pequeno, essas coisas que... Funcional, na verdade. Por exemplo, tem depósito aqui, a pessoa está construindo uma reforma ali, ele não pode ir em um caminhão trucado lá. Concordo plenamente. Mas em um caminhão no toco ou um três quartos ele pode descarregar tijolo lá e entregar, porque senão como é que nós vamos fazer no sábado e domingo? Vai virar um caos. Pode, eu lhe dou o aparte”. O Senhor Presidente: “a proibição será somente na BR e somente será carretas. No centro da cidade está liberado, normalmente. Pode ler o projeto com atenção porque já houve uma correção no projeto. A minha solicitação é para que as carretas trafeguem de vinte e duas às seis horas da manhã. E quero dizer que nós temos que lutar e votar isso rápido antes que aconteçam mais desastres nas nossas estradas. Obrigado pela palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “no projeto, no dia em que entrou na Casa, que já tem meses, não era dessa forma que a Sua Excelência está explanando. O projeto tinha caminhões no toco, articulados e carretas. Não tenho o projeto aqui”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu estou com a fala do vereador Nélio Aurélio, o projeto não tinha essa especificação não. Ele falava do centro, inclusive do centro da cidade. Ele falava do centro da cidade e, inclusive, eu sugeri que fosse feita a sugestão do vereador



Leci, que fosse feita a Audiência Pública, até para que se ouvisse os empresários da cidade que vão ser afetados. Tem o caso dos postos de gasolina. É muito complicado você mudar o horário de atendimento para esse povo sem, pelo menos, ouvi-los, não é? Eu acho que esse projeto aí, a sua colocação, a sua emenda, sou totalmente favorável, mas como eu sou a favor de que se discutisse antes e não houve a discussão, principalmente relacionada à audiência pública sugerida pelo vereador Leci Alves Campos, eu...”. O Senhor Presidente: “vereador, eu vou fazer uma proposta, eu vou retirar o projeto de pauta”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “a palavra está comigo, Presidente. Devolve a palavra para mim, por favor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está ok, eu devolvo a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, se a Sua Excelência diz que não tem isso, então não precisa retirar. O Senhor diz que não tem carreta, não tem carro articulado”. O vereador Flávio de Almeida: “posso falar? Senhor Presidente, eu acho que o projeto do Senhor é grande e importante para a cidade. Veja bem, a gente pode pegar a fala do vereador Nélio, a do André, faz uma emenda e só melhora o projeto. Não retira não porque é muito importante. Porque se vocês tivessem assistido o que eu assisti, subindo do Galo na MG-30, vindo para Raposos, aquilo é um absurdo o que os caminhões estão fazendo ali. E caminhões estes que eu parei para ver. São a Morro Velho e outra empresa, não tem ninguém da nossa cidade não. Todas as placas ali são todas de fora. Todas elas de fora, não tem nenhuma escrito Nova Lima ali não. E a forma que eles estão andando ali é absurda, ou você para o carro ou eles passam por cima. Então, eu acho que a gente pode melhorar o projeto dele, aprovar o projeto dele, mandar a cópia para a Polícia Militar e Guarda Municipal e



exigir a Polícia no Galo parando os caminhões, não é. A questão é muito séria”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “perfeitamente, se for do jeito que ele está falando. Não era o que estava no papel”. O vereador Flávio de Almeida: “pode pegar a emenda do vereador Nélio e...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou lhe dar o aparte, até porque a emenda é minha e nós estamos discutindo. O vereador Flávio tem razão no que ele falou, mas isso eu expliquei mais ou menos pelo contexto urbano aqui”. O vereador Flávio de Almeida: “não. Eu disse que a fala do senhor... A emenda é boa, é o que estou falando”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas se o projeto não tem isso que a Sua Excelência falou, porque ele tinha antes, certo? Se não tem, não precisa tirar. Nós aprovamos com bom senso aqui, acabou. Pode falar, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu gostaria de pedir vistas a esse projeto em virtude da má interpretação dele para que não haja injustiças, para analisar melhor, certo?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “já teve”. O Senhor Presidente: “ele já teve vistas”. O vereador Gilson Antônio Marques: “já teve vistas? Então, adiamento de votação. Vou pedir adiamento de votação”. O Senhor Presidente: “eu vou fazer uma proposta aqui. Se o Plenário concordar com a emenda do vereador Nélio Aurélio sobre trafegar somente de vinte e duas horas às seis da manhã...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “ainda assim eu mantenho o pedido de adiamento de votação para estudarmos melhor esse projeto. Em vista da informação também de que as carretas só voltarão a circular após o dia quatro do próximo mês. Está parado o transporte de minério, segundo informações”. O Senhor Presidente: “não, mas aí nós estamos incluindo as



carretas de aço da AngloGold também e outras também. A lei vai ser para todos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “se adiar por uma semana, Senhor Presidente, estuda melhor o projeto para não cometer injustiças e aí, na semana que vem, a gente vota com mais tranquilidade”. O Senhor Presidente: “continua em discussão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ele vai me devolver a palavra. Terminou, vereador? Senhor Presidente, aí o Senhor... Para mim a sua explanação eu estou satisfeito porque diz que não tem articulado e carreta. Tudo bem. Eu disse bem claro na minha emenda aqui, mas se o vereador quer pedir lá”. O Senhor Presidente: “eu vou conceder a solicitação do vereador Gilson”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, esse pedido de adiamento do vereador Gilson é até muito oportuno, uma vez que a emenda tem que ser escrita e assinada pelo seu autor e despachado com a votação da Casa. Então, a gente tem esse período para que o autor, senhor vereador, providencie e seja anexado ao Projeto de Lei, uma vez que eu, como Presidente da Comissão de Redação Final, preciso da documentação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, Senhor Presidente. Um minuto”. O Senhor Presidente: “eu vou dar ao senhor. Só quero dar uma explicação, se não fosse a solicitação do vereador Gilson, eu ia suspender a reunião por cinco minutos e nós faríamos a emenda dentro desta reunião”. O vereador Gilson Antônio Marques: “aí eu concordo. Se o Senhor quiser fazer, eu retiro o pedido de adiamento. Discute e bota o projeto mais limpo, mais claro”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu não vou citar nome de vereador, mas está vendo que aqui está cansado de acontecer, inclusive comigo na Presidência. Devia ter falado comigo porque aqui cansamos de pôr emenda verbal em projeto aqui, ou não? Seja honesto, cansamos.



Que isso? Cansamos de fazer isso aqui. Agora vem com essa bobeira, idiotice aqui. Obrigado”. O Senhor Presidente: “suspender a reunião por cinco minutos para... Realmente esse projeto é de grande importância para Nova Lima. Aí faremos a emenda por escrito. Está suspensa por cinco minutos”. Decorridos os cinco minutos, o Senhor Presidente: “quero dizer aos vereadores que o projeto realmente é para trafegar somente na BR. Só que o vereador Gilson teve uma emenda muito bem colocada. Então, eu vou consultar o Plenário para o adiamento deste projeto. Já concordaram, não é?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “qual emenda que é?”. O Senhor Presidente: “não, não teve, ele vai colocar. Adiamento. Então, está adiada atendendo à solicitação do vereador Gilson. A emenda do senhor é muito inteligente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado”. 3) Projeto de Lei nº 1.519/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Alameda dos Quero-queros e Alameda das Andorinhas. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. 4) Projeto de Lei nº 1.496/2014, que “Dispõe sobre as regras para a permissão de uso de bens e espaços públicos visando o exercício de atividades econômicas e comercialização de produtos em vias e áreas públicas por meio de equipamentos, e dá outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de, se possível, colocar um requerimento fora de... Não estava na pauta, mas para colocar ele que o Senhor consultasse o Plenário. Eu poderia até fazê-lo verbal, mas como é da Comissão, aí eu gostaria que ele fosse lido. O Senhor pode consultar o Plenário?”. O Senhor Presidente:



“vou consultar o Plenário, os vereadores que concordam permaneçam como estão, com a solicitação do vereador André Vieira. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Dez votos a favor”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que solicite à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos que sejam feitos estudos de viabilidade para colocação de sinalização de trânsito horizontal e vertical, necessária para evitar transtornos de tráfego e acidentes na Rua Miguel Wardi, no local onde faz esquina com o início da Rua Santo Antônio e o final da Rua Chalmers, no Bairro Retiro. Aprovado, dez votos. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a colocação de quebra-molas na Rua Artur Bernardes próximo aos números 300 e 400, no Bairro Bonfim. Aprovado, dez votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a criação do obituário no Jornal da Prefeitura (Em Casa). Aprovado, dez votos. 4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a informação imediata (no ato de chegada) aos usuários da Farmácia Municipal sobre a disponibilidade dos medicamentos. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para esclarecimento desse requerimento. As pessoas que transitam pela Avenida Rio Branco, onde está instalada a Farmácia Municipal, observam que ela está sempre cheia de pacientes, usuários dos remédios estão com as suas receitas e estão ali para retirar os remédios. Porém, às vezes, ficam três, quatro horas lá esperando, quando chega no balcão fala que não tem o remédio.



Então, a pessoa fica muito tempo ali, perde muito tempo ali, inclusive sai de lá nervoso pela informação que recebeu. Então, que a administração da farmácia verificasse a forma de quando chegasse, já tivesse a informação se existe o remédio para a pessoa continuar ali para ser atendido ou não”. O Senhor Presidente: “Continua em discussão, em votação, os vereadores...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu sugiro que coloque lá, em local visível, medicamentos em falta nesta farmácia. É mais fácil, não é?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vai colocar muito, hem”. O Senhor Presidente: “é uma emenda?”. O vereador Leci Alves Campos: “na realidade é uma sugestão, não é, vereador?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “não é uma emenda, é uma sugestão”. O vereador Leci Alves Campos: “aí, é a administração da farmácia que deveria fazer essa análise. Eu não sei qual é o volume do remédio que está faltando, não é, vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só queria colocar uma observação. É válida a opinião do vereador Fausto, mas levando em conta a dificuldade que tem para se ler uma receita. De repente o cara está com a receita na mão, não sabe nem o que ele foi buscar. Então, não adianta colocar lá ‘não tem isso, não tem aquilo’ porque eu não sei ler o que está escrito lá. Eu mesmo estou cansado de pegar receita, se me der formicida eu bebo. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “pena que nem todo mundo tem a letra igual a do Dr. Fausto, não é, Gilson?”. Requerimento aprovado por dez votos. 5) De autoria dos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Gilson Antônio Marques e Alessandro Luiz Bonifácio: “A Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas requer ao Poder Executivo que seja cumprida a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no seu artigo nono, parágrafo



quarto. Lei esta que deixa evidente que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano, o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na comissão referida no parágrafo primeiro, artigo 166 da Constituição ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais”. Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Primeiro, agradecer aos companheiros que aceitaram a gente colocar esse requerimento e justificar o fato dele ter entrado fora de pauta, que a Comissão só pode se reunir depois da data que fecha a pauta. Então, por isso que a gente entrou com ele fora de pauta. Esse requerimento vem exatamente de encontro com a necessidade da população de Nova Lima. É comum até o município, o Executivo encaminhar à esta Casa alguns demonstrativos, às vezes atrasado, isso não é prática só desse governo, mas nós estamos nesse e a gente têm percebido isso. Mas, como presidente da Comissão e com a concordância dos meus companheiros, a gente solicita, inclusive, o prefeito esteve nesta Casa hoje, foi dito na semana passada que ele viria e é bom frisar que ele veio nessa Casa hoje, deu uma série de explicações, respondeu uma série de questionamentos feitos pelos vereadores que estavam presentes. Eu fui um dos que fiz várias reclamações e também sugestões, mas coloquei para ele também essa necessidade de que se cumpra a lei. E a lei determina que o Executivo faça esse demonstrativo em audiência pública na Comissão de Orçamento. Então, ele já está ciente e eu espero que esta lei seja cumprida, até para que a população tome ciência dos dados e esses dados técnicos, é porque a nossa conversa ficou só na conversa praticamente informal, de boca. Mas, aqui, nós queremos os dados técnicos. Ele até se



comprometeu em fazer e a gente aguarda que seja feito”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é só isso, vereador. Que eu queria só confirmar isso, que ele se comprometeu em mandar para a gente, não é isso? Tudo o que ele falou, ele ficou de mandar para a gente, registrado. Então, não ficou só na conversa. Ele vai mandar para a gente registrado o que ele falou e, inclusive, foi mais além, falando que as medidas que ele vai tomar e que ele já está fazendo um balanço, um levantamento, as medidas com o impacto positivo que vai dar, com as medidas que ele vai tomar, e ele vai enviar isso também para a Casa. Não é? Então, eu acho que a gente tem que aguardar isso, realmente...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. Só que são duas coisas distintas. Uma coisa foi o que ficou combinado, que foi a conversa e ele se comprometendo em falar conosco e dar toda satisfação à Casa, isso eu entendo perfeitamente. Outra coisa em questão aqui é que se cumpra isso aqui, que a cada quadrimestre, o Executivo passe a adotar esse sistema de vir à Casa e, na Comissão de Orçamento, prestar as devidas contas. São duas coisas distintas”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas eu não estou discutindo não é isso não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. É só para deixar claro que nós estamos falando de duas coisas”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está certo. Eu estou só falando o que ele vai mandar. Certo?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está ok”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho um requerimento verbal, Presidente. Que seja solicitado ao Senhor Prefeito, junto à Secretaria responsável, o retorno imediato do Olho Vivo que estava instalado no Padre João Marcelino. Após a retirada do Olho Vivo no Padre João Marcelino já teve um homicídio lá e os moradores



estão com medo. Então, é solicitar ao Senhor Prefeito, Presidente, a retomada do Olho Vivo lá no Padre João Marcelino. Obrigado”. Aprovado, dez votos. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, já acabaram os requerimentos por escrito? Então, eu não estou entendendo nada. Pela segunda vez fica um requerimento meu para trás”.

O Senhor Presidente: “como?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o que significa isso? Pela segunda vez tem um requerimento meu aí protocolado e não foi lido. Semana atrasada teve isso, eu deixei passar, leu a semana passada com quase quinze dias de atraso, foi semana retrasada que eu entrei com ele. Agora, hoje tem outro requerimento meu aí e não foi lido”. O Senhor Presidente: “eu pediria à secretária para dar uma... Pega ele lá. O senhor desculpe porque houve um erro e eu peço desculpas porque realmente o senhor reclamou na semana passada e isso não pode acontecer. Requerimento do vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o meu requerimento é mais, Presidente, uma moção de aplausos pelos dois anos e cinco meses do Doutor João Hernane. Sei que a crise está para todo lado, mas como Secretário de Saúde fez o que pôde. Igual eu sou testemunha, igual eu fui atrás dele... Hoje, se o Bairro do Cruzeiro, Barra do Céu, outros bairros vizinhos têm farmácia comunitária, o pessoal não precisa de ir lá em cima, agradeço ao Doutor João Hernane. O Doutor João Hernane fez um trabalho muito bom dentro da Secretaria de Saúde e fiquei sabendo pelo prefeito que ele pediu, Doutor João Hernane pediu exoneração. Então, essa é uma moção de aplausos para o Doutor João Hernane, que Deus abençoe ele porque é um médico muito dedicado à área da saúde e ele preferiu pedir exoneração. É isso, Presidente”. Aprovado, dez votos. O Senhor Presidente:



“próximo requerimento do vereador Fausto Niquini Ferreira”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “que a prefeitura, através de sua Secretaria competente, proceda o reparo de um buraco enorme que está naquela avenida em frente ao Ministério Público e está causando transtorno, principalmente, para quem tem o acesso ao Bairro Barbosa Pena II. O meu requerimento é esse”. Aprovado, dez votos. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, Gilson Marques”. O Senhor Secretário proferiu leitura do requerimento de autoria do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Exmo. Senhor Cássio Magnani Júnior, Prefeito Municipal, providencie junto às secretarias competentes ampla reforma no Cemitério Municipal do Rosário. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de dizer, Senhor Presidente, realmente é uma verdade que foi dita no requerimento, que há mais de um ano foi solicitado e nada foi feito. Foi há mais de um ano porque eu fui autor de um requerimento”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “já que o requerimento está falando de cemitério e eu constantemente estou lá no cemitério, eu fui informando que quando está se velando um corpo, chega na parte da noite, os familiares não podem... estão sendo recomendados pelos funcionários lá pela direção do cemitério a não ficar lá durante a noite porque eles fecham e, por questão de segurança, aí eles orientam para a família não ficar. E isso para a família, para os familiares é uma situação muito pesada. Eu não sei qual é a solução, mas no Cemitério Parque tem uma guarita de enfeite lá. Então, guarita, a gente sabe que ela está lá para ter alguém para fiscalizar a entrada, a saída. Eu não sei se seria o caso de disponibilizar...”. O Senhor Presidente: “vereador, lá tem duas guaritas, uma em baixo e outra em cima”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, e não são



usadas, ficam lá só de enfeite. Mas é uma situação crítica e delicada porque a pessoa, no momento de dor, quer ficar ali a noite toda velando e ela está sendo recomendada a não ficar. Era bom que o Executivo olhasse esta questão também. Só aproveitando e pegando uma carona no seu requerimento”. O vereador Gilson Antônio Marques: “em cima deste requerimento eu queria dizer o seguinte, até em conformidade com o que o vereador André falou, duas guaritas vazias no Cemitério Parque, cheio de funcionários à-toa nesta prefeitura, porque ele não transforma esses à-toa em gente que produz e faz a segurança no cemitério com mais dignidade. Por exemplo, este cemitério que eu estou recomendando essa limpeza, essa manutenção, por exemplo, o diretor só fica na rua o dia inteiro, todo lugar que você vai, você vê ele. Ele parece o sol, todo o jeito que você olha, você vê ele rodando. Tem um outro funcionário lá no cemitério, que eu me reservo o direito de não dizer o nome, que ontem, às quatorze horas, estava dormindo no veículo dele. E eu tenho absoluta certeza que ele é, no mínimo, um chefe de divisão, no mínimo. Isso é um total desperdício de dinheiro com essas pessoas que não querem nada com a dureza. Então, tem que tirar essas pessoas, colocar gente que quer trabalhar. Muito obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Pastor André, com relação a esse assunto da recomendação que o senhor citou, eu creio que há controvérsias uma vez que eu já conheço algumas famílias que fizeram questão de ficar a noite toda para ficar próximo ao corpo do ente querido o maior tempo possível. Então, que seja esta recomendação, mas não entendo se é por mera liberalidade do funcionário, mas eu creio que a prefeitura não deve ter orientado isso uma vez que os familiares da pessoa que faleceu é que têm a prerrogativa de definir isso. Eu inclusive questionei, também



comentaram comigo isso, eu questionei e isso não foi uma verdade. A gente entende que, às vezes, uma pessoa preparada para ser velada e depois sepultada é em determinado horário da noite, então, talvez uma opção da família é de não começar o tempo do velório, mas eu creio que isso é uma opção da família”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador, eu coloquei aqui a questão porque...”. O vereador Leci Alves Campos: “eu entendi que é recomendação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “foi recomendação e foi o que aconteceu inclusive agora no final de semana quanto eu estava lá”. O vereador Leci Alves Campos: “pois eu acho, Pastor, se realmente for uma recomendação partindo da administração do cemitério que tenha fatos até de insegurança no local, realmente o poder público tem que tomar providência”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é exatamente sobre isso que eu ia falar. A minha reclamação aqui, que não foi nem requerimento, eu só aproveitei para falar em cima do requerimento do vereador Gilson. A minha reclamação foi justamente em relação à questão da segurança e quase que um pedido para o Executivo olhar a questão com carinho porque é uma situação delicada. Existe esta recomendação vinda dos funcionários sim e eles fazem a recomendação, inclusive, a pessoa que me falou, um dos familiares fez questão também de ficar e ficou. Mas eles estão dizendo que estão fechando o cemitério, que o lugar está muito perigoso e que ali está tendo assalto, está tendo isso, está tendo aquilo e aquilo outro, quer dizer, se nem no momento da dor a pessoa não se sentir segura e quem é responsável pela segurança? Quem é responsável pela segurança é o Secretário de Segurança, já que é para falar, o responsável pela segurança é o Secretário de Segurança. O Secretário de Segurança tem que resolver o



problema da segurança. A questão do momento do velório, do local do cemitério é um lugar aonde ninguém quer ir, mas todo mundo vai um dia. Então, tem que ser cuidado com muito carinho, com muito respeito com os familiares. A minha questão não é com o funcionário do cemitério, eu só estou aproveitando para falar, para deixar bem claro se de repente houver dúvidas...”. O vereador Leci Alves Campos: “só para ilustrar, Pastor, em Belo Horizonte existe essa lei. Em Belo Horizonte não acontecem velórios em horários noturnos, mas é uma coisa não é recomendada, é uma coisa legal, é lei daquela cidade. Eu entendo que no caso é uma opção da família, eu entendo assim”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “lei que aqui não vai acontecer nunca”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “inclusive, eu, a pedido de algumas famílias que ficaram lá à noite, eu pedi que fosse colocado segurança lá. Pedi, fiz requerimento nesta Casa e mandei um ofício para o Secretário de Segurança pedindo a ele que providenciasse uma segurança para o hospital, para o cemitério a pedido de famílias”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “inclusive, eu não gosto de usar esta expressão ‘dois coelhos com uma cajadada só’, mas ali são os dois vizinhos, que as pessoas que são atendidas no Nossa Senhora de Lourdes também, é muita gente e depende muito deste período noturno. Parece que a doença escolhe até horário porque de noite é onde vem mais o sofrimento, mas a alegria vem ao amanhecer”. Requerimento aprovado por dez votos. O Senhor Presidente: “quarta parte. Inscritos o vereador José Guedes e o vereador Nélio para o Grande Expediente”. O vereador José Guedes: “quero agradecer o prefeito Cássio Magnani por ter atendido à solicitação deste vereador comparecendo hoje na Câmara Municipal, às dezesseis horas. Cassinho fez uma explanação para os



vereadores. Eu estive com o Ronaldo Marques ontem e realmente a situação da prefeitura é uma das piores, se não for a pior, de Minas Gerais. Foi muito bom a sua presença aqui na Câmara, que ele esclareceu fatos que alguns vereadores não sabiam, não tinham conhecimento. Cassinho tem que tomar providências urgentes quanto às finanças da prefeitura, ele tem que tomar providências urgentes sobre alguns Secretários, alguns chefes de seção, que eles ganham para tomar conta dos seus subordinados. Então, a gente vê nas ruas comentários todos os dias que tem uma patota aí na prefeitura que não trabalha e realmente é verdade. É denúncia que no horário de serviço, funcionário na rua, funcionário dormindo no carro como foi dito hoje aqui. O Cassinho tem problemas sim, principalmente financeiros, mas isso não vem de hoje. Ele está sendo penalizado, mas isso não vem de hoje. Hoje mesmo ele fez aí uma meia dúzia de esclarecimentos sobre as finanças do mandato passado. Então, hoje, ele está sendo penalizado, ele tem culpa também porque a prefeitura está inchada, a prefeitura tem muitos imóveis alugados. Ele é sabedor disto, perguntei para ele e ele confirmou, imóveis fechados. Isto não pode acontecer, excesso de automóveis alugados. E é de conhecimento de alguns vereadores que, às vezes, os carros não estão servindo o município. Foi dito na reunião que, às vezes, um carro que é usado por um secretário fica ali na praça o dia inteiro parado. Então, eu acho que Cassinho tem que dar uma guinada, ele tem que ter coragem, ele tem que dirigir nosso município com mão de ferro, ele não tem que ser bonzinho para todo mundo, ele não tem que ser bonzinho senão não vai ter conserto, se tiver que dispensar que dispense. Nós não podemos ser sacrificados na saúde, o nosso povo mais humilde, no ensino, em detrimento a um



número grande que quer levar vantagem em nossa cidade. Então, mando aqui o meu agradecimento. E ele disse na reunião que sempre que for chamado ele virá. Isso é quase que uma obrigação do prefeito, mas tem uns prefeitos do passado aí que não gostavam disso. Então, eu gostei da fala do prefeito. Como vereadores, nós temos que mostrar os erros que estão acontecendo aqui em Nova Lima. Só assim, mostrando os nossos erros, denunciando as coisas erradas em Nova Lima, os absurdos, principalmente na parte financeira, os abusos, nós estamos não é prejudicando o prefeito, não é prejudicando a cidade, nós estaremos ajudando o prefeito. Então, para finalizar, eu quero repetir aqui, os reflexos que estão acontecendo em nossa cidade não são somente do atual prefeito, os reflexos vêm de um grande período e nosso povo não pode ser penalizado principalmente na parte de saúde e ensino. Eu fico estarecido, duas empreiteiras que vieram aqui no meu gabinete semana passada, uma chorando o tempo todo. Uma obra de dois milhões e trezentos do posto médico dos Cristais, está no seu primeiro pavimento já com a laje batida, uma empresária recebeu duzentos mil reais somente de dois milhões e trezentos. Ela vai parar a obra. Amanhã eu vou com as duas na prefeitura, está marcada uma reunião lá com as duas e comigo, e eu vou pedir o prefeito para que acerte a dívida com estas duas senhoras. Elas estão na minha região, a obra está na minha região. Ela não tem crédito para pegar marmitas porque a dona que fornecia as marmitas me procurou pedindo que ela agilizasse o pagamento para ela; ela não tem dinheiro para pagar a marmita. Isso não pode acontecer. Amanhã, eu estarei com as duas empresárias, vou frisar muito bem, uma obra de dois milhões e trezentos, já está no segundo piso, uma obra de setecentos e trinta metros, ela fez a laje de trezentos



e trinta metros há vinte dias atrás, dez caminhões. Ela tem os seus compromissos com o pessoal que fornece o material para ela. Só de ferro, o Edson, ela deve ele cento e quarenta, cento e cinquenta mil. Então, ele não vai fornecer mais material para ela e aquela obra não vai parar porque é uma região muito grande e nós temos que ter nosso posto lá. Obrigado. Próximo orador inscrito Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vou ser muito breve porque eu tinha alguns assuntos para tratar, mas eu vou tratar só de duas correspondências que eu recebi essa semana, uma é da Sua Excelência e a outra do seu administrador, Leandro Luiz Lúcio Silva. A do seu administrador, ele pedi aqui, se me permite deixar eu só ler aqui: ‘Prezado senhores. Devido à insegurança causada pela ausência de controle de visitantes nesta Casa Legislativa, a Presidência determinou a instalação de um sistema de controle de acesso. Assim, para melhor identificação dos funcionários desta Casa, solicitamos que encaminhem, o mais rápido possível, foto 3x4 dos funcionários de seu gabinete para confecção de crachá de acesso conforme modelo anexo. Atenciosamente. Leandro Luiz Lúcio Silva’. Só vou dizer à Sua Excelência que se fizer uma identidade para os funcionários, estou respondendo pelo meu gabinete, é até louvável, eu concordo, mas crachá eu não concordo não e não vai usar o meu gabinete. Segunda: ‘Nova Lima, 12 de maio de 2015. Ilmo. Sr. Vereador Nélio Aurélio de Souza. O Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, vem respeitosamente perante V. Sa. solicitar que observe atentamente a vedação da permanência no gabinete de pessoas que não sejam servidores desta Casa admitidos por concurso, nomeação ou cessão. Tal pedido se faz para evitar que permaneçam lotados nos gabinetes servidores de forma irregular, o que vai de encontro à legislação



trabalhista e previdenciária, situação que não podemos permitir ou admitir. Certo da atenção de V. Sa., somos pois por renovar nossos protestos de estima e elevada consideração. José Geraldo Guedes, Presidente’. Não quero fazer polêmica nenhuma, só estou falando a minha posição e me encerro por aqui. Eu, quando passei pela prefeitura, os portões da prefeitura e as portas de onde eu estive sempre estiveram abertas, se chegasse um cidadão só saía de lá no horário comercial, do mesmo jeito eu vou fazer no meu gabinete, entra e fica até fechar a Casa, depois da Casa eu não concordo, está fechado tem que sair, mas os corredores desta Casa e o meu gabinete, entra quem eu quiser e permaneça quem eu quiser. Obrigado”. O Senhor Presidente: “na próxima reunião eu usarei a Tribuna e darei as devidas explicações. Para finalizar, eu quero dizer que na Câmara tem muita coisa irregular e eu quero consertar, e precisa...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “a Sua Excelência pode consertar, mas não agora, que eu não citei a Sua Excelência. Semana que vem a Sua Excelência fala”. O Senhor Presidente: “e precisa a compreensão dos vereadores”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._____